

Minhas memórias da USP

MIGUEL REALE

Minhas memórias da USP não datam de meu tempo de estudante de Direito, pois, diplomado em janeiro de 1934, ainda tive aulas no velho prédio do antigo Convento Franciscano, que D. Pedro I, invocando disposições do Direito reinol, houve por bem requisitar para nele instalar um dos Cursos Jurídicos criados no país, sendo o outro sediado em Olinda.

Guardo saudosas lembranças do casarão colonial, cuja substituição por um colonial de arremedo jamais me convenceu, com suas largas paredes de taipas, tão amplas que me recordo de deitar em suas janelas para leitura das apostilas, das famosas *sebentas* que ainda constituíam material essencial de estudo.

Bacharelado-me em Direito, não creio tenha tomado conhecimento maior da USP, no mesmo ano, pois, na época, estava empenhado em absorvente atividade político-ideológica, às voltas com ásperas lutas contra bolchevistas. Ao tornar-me, porém, professor catedrático de Filosofia do Direito, em 1941, passei, como era natural, a acompanhar as vicissitudes de nossa Universidade, observando seus valores positivos e negativos, o que muito me valeu quando me coube a honra de dirigi-la.

O primeiro contato significativo que tive com a Universidade de São Paulo deu-se, no entanto, apenas em 1944, quando, na qualidade de membro do Conselho Administrativo do Estado — entidade que, na época do Estado Novo, concentrava toda a tarefa legislativa dos estados e municípios — tive a oportunidade de estudar o projeto de lei que, uma vez aprovado por esse Conselho, foi promulgado como Decreto-lei nº 13.855, pelo então interventor Fernando Costa, a 29 de fevereiro daquele ano, transformando a Universidade de São Paulo em autarquia.

Essa data merece ser lembrada, porquanto foi somente a partir dela que a USP se tornou efetivamente um ente autônomo, com as prerrogativas de uma autarquia, instituto jurídico criado e desenvolvido sobretudo na Itália para atender a um dos mais importantes desmembramentos do ordenamento estatal contemporâneo. Era dado um grande passo à frente, porquanto passou ela a receber do estado uma dotação orçamentária global, ficando a seu cargo o poder de decisão e distribui-

ção dos recursos recebidos, mediante elaboração de orçamento próprio, salvo quanto a vencimentos.

Examinando a matéria, convenci-me que a autonomia seria ilusória se o Reitor continuasse a despachar com o Secretário de Educação para resolver os assuntos de ordem didática ou administrativa, razão pela qual resolvi apresentar emenda em virtude da qual todas as funções daquele Secretário, relativas ao ensino superior, passavam a ser exercidas pelo Reitor da USP, disposição esta que, em um primeiro momento, se estendeu aos atos normativos das novas universidades criadas.

O certo é que graças a essa proposta aprovada unanimemente pelo Conselho, o Reitor adquiriu *status* de Secretário de Estado, passando a despachar semanalmente com o Chefe do Executivo Paulista, praxe louvável que, se não me engano, só foi respeitada até o governo de Laudo Natel, quando regia nossa Universidade o saudoso e magnífico amigo Orlando Gomes de Paiva.

Devo observar, todavia, que, não obstante a organização autárquica, os servidores da USP, inclusive os professores, ainda continuavam sendo considerados funcionários públicos do estado, nomeados pelo governador, com vencimentos fixados em lei. Foi só gradativamente que a USP veio aumentando a sua autonomia orçamentária, com uma legislação administrativa própria, surgindo a figura do *funcionário autárquico*, mas esta é ainda uma história por fazer-se.

Por outro lado, não foi possível, desde logo, desvincular a nomeação do Reitor da pessoa do chefe do Executivo. Sobre esse ponto, bastará notar que ela passou por três fases: por escolha pessoal e direta do governador, por sua escolha dentro de uma lista tríplice organizada pelo Conselho Universitário e, finalmente, por eleição direta do próprio corpo acadêmico.

A 10 de agosto de 1949, ainda fui nomeado Reitor por opção pessoal do governador Adhemar de Barros, atendendo à indicação feita pelo ex-Reitor Lineu Prestes, chamado a exercer as funções de Secretário da Fazenda. Foi, desse modo, que os amigos do Partido Social Progressista, do qual fui um dos fundadores, puderam me aproximar novamente de Adhemar, cabendo-me assinalar que não seria esta a última tentativa de estabelecer um relacionamento sempre difícil com esse que, apesar de seu personalismo, foi um dos grandes líderes políticos paulistas, ao qual a nossa gente deve inestimáveis serviços.

Nomeado Reitor em 10 de agosto de 1949, minha primeira preocupação foi o *campus* da Universidade, na Capital, que meu antecessor

e antigo mestre na Faculdade de Direito, Jorge Americano, já conseguira localizar em vasta área situada no bairro do Butantã, realizando grandes serviços de terraplenagem e tornando urbanizáveis extensas regiões pantanosas. Assinalo que fui feliz na escolha de quem deveria aconselhar-me sobre a implantação do *campus*, até então praticamente inexistente.

Refiro-me a uma pessoa das mais sábias que jamais conheci, o engenheiro Luís de Anhaia Melo, professor da Escola Politécnica. Já o conhecia pela leitura de primoroso ensaio sobre concessão de serviços públicos urbanos, no qual os conhecimentos técnicos do urbanista se somam aos do estudioso dos problemas administrativos. Ao mesmo tempo, convidei para prestar serviços técnicos na Reitoria o arquiteto e ex-prefeito Christiano Stockler das Neves, autor do primeiro projeto de arranha-céu de São Paulo, o prédio *Sampaio Moreira*, à rua Líbero Badaró, misto de antigo e de moderno, de estrutura de concreto, mas com adornos e molduras com algo de rococó. Embora de igual estatura moral, cada um desses meus conselheiros possuía distinta visão urbanística e arquitetônica, inclinando-me mais para a linha renovadora de Anhaia Melo.

Foi Christiano quem, com um minucioso estudo comparativo entre as maiores universidades norte-americanas e o projetado *campus* da USP, me convenceu da necessidade de reduzi-lo de modo a tornar mais fácil a integração entre os vários institutos. Anhaia Melo optava por uma solução de meio termo, que me pareceu mais plausível. De qualquer forma, era impossível perseverar no plano primitivo, inclusive por inexistirem recursos suficientes para atender aos custos da desapropriação. Com efeito, se parte da área resultara de desmembramento do mundialmente famoso Instituto Butantan, a maior parte era de propriedade particular, declarada de utilidade pública para instalação da Universidade. Sempre considerei iníqua a faculdade que a lei de desapropriação conferia ao governo para declarar de utilidade pública determinado imóvel, tendo o direito de concretizar a expropriação e pagar-lhe o justo preço no prazo longo de cinco anos, que no entanto, acabava sendo arbitrariamente renovado, às vezes, indefinidamente...

Adhemar concordou com o meu ponto de vista, sendo reduzida pela metade a área do *campus*, providenciando-se incontinenti o saldo do pagamento dos terrenos desapropriados, a maior parte graças a acordo. A USP passou, assim, a dispor de seu patrimônio imobiliário, tendo a vantagem de possuir, no alto, um belo bosque natural, que os pântanos haviam felizmente preservado da sanha dos carvoeiros durante a Segunda Grande Guerra, quando, por falta de gasolina, os veículos passaram a ser movidos a gasogênio.

Empenhados quase todos os recursos disponíveis nos serviços, nada me foi possível construir durante os curtos nove meses e poucos dias de exercício do cargo, do qual me afastei devido a conflito político com o governador de maneira que, no descampado do Butantã, com ruas traçadas, só funcionava um edifício rudimentar, destinado a experiências de física nuclear, desenvolvidas sob a sábia direção de Gleb Wataghin, que embora russo de nascimento integrava a delegação de cientistas italianos, em cujo seio figuravam mestres da altitude de Luigi Fantappiè, Guisepe Occhialini, Vittorio de Falco ou Giacomo Albanese, para não falar, na área literária, do grande poeta Giuseppe Ungaretti. Verdade seja dita, Mussolini, quaisquer que tenham sido os objetivos visados, se esmerara na escolha de mestres de larga experiência e cultura especializada, tanto como a dos dois mestres alemães Heinrich Rheinboldt e Heinrich Hauptmann, que, por serem judeus, haviam sido expulsos de sua terra natal. Fui advogado do segundo, cuidando-lhe da naturalização como cidadão brasileiro. A França também nos enviara mestres de escol, alguns no início de prodigiosas carreiras, como o caso, especialmente, de Fernando Braudel e Claude Levi-Strauss, mas todos de formação humanística exemplar, como Paul Hugon, Paul Arbousse Bastide, Roger Bastide, Robert Aubreton e Jean Maugué.

Em virtude de longa e fecunda tradição de algumas instituições, como a Faculdade de Direito e a de Medicina (no qual o grande mestre italiano Alfonso Bovero lançara as bases de magnífica escola de Anatomia) ou da Escola Politécnica, o magnífico tripé inicial da cultura paulista, e graças às correntes de pensamento e de pesquisas suscitadas por vários docentes estrangeiros, além dos acima recordados, a Universidade de São Paulo, já conquistara posição de relevo internacional, tendo, como condição de seu êxito, uma política de crescente exigência de pós-graduação para o exercício de funções docentes, e a expansão do regime de tempo integral. Compreende-se, pois, o zelo com que deveria agir um Reitor que ainda não atingira a idade de quarenta anos, em geral apontada como a da maturidade.

Até 1949, apesar de fundada em 1934, a Universidade de São Paulo continuava com os seus Institutos e Faculdades dispersos pela cidade, tendo a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras as suas maiores sedes na praça da República e na rua Maria Antônia. Ao lado do *campus*, como estabelecimentos anexos, já se situavam, porém, os primeiros edifícios do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT). Caberia ao meu sucessor e colega da Faculdade de Direito, Ernesto Leme, já na administração do governador Lucas Nogueira Garcez, transferir a Reitoria da rua Helvécia para o *campus*, em prédio de 8 andares projetado por

Ernesto de Souza Campos, que destoa das linhas arquitetônicas modernas dos demais edifícios.

A exigüidade dos recursos disponíveis no setor de obras, dados os custos das desapropriações levadas a cabo, não impedia todavia, fossem afrontados e resolvidos alguns problemas básicos e urgentes, a começar pela adequação da cidade universitária às novas dimensões aprovadas. Nesse trabalho, Anhaia Melo atuou com tanto critério e previsão que o plano aprovado em 1950 tornou-se praticamente definitivo, como me foi dado constatar vinte anos depois, ao voltar a exercer o cargo de Reitor, em 1969.

A esse respeito, lembro-me que Anhaia Melo apresentou-me o traçado de uma raia olímpica para remo, a ser localizada ao longo do canal do rio Pinheiros, mas em altura bastante para livrá-la da interferência do rio, cuja poluição já se iniciara. Argumentava o ilustre urbanista que, se no decorrer de vários anos, viesse a ser feita a extração de areia necessária à construção dos prédios universitários dentro do perímetro da raia projetada, à medida que fosse retirada a areia, os vazios iriam sendo progressivamente ocupados por água pura proveniente dos lençóis freáticos que, do alto da cidade universitária, fluem naquela direção. Esse programa ficou fazendo parte integrante do plano da cidade universitária então aprovado e (fato raro, dada a nossa conhecida carência de continuidade administrativa) foi ele obedecido pelas administrações sucessivas. Coube-me, vinte anos após, no meu segundo reitorado, dotar São Paulo de tão raro benefício esportivo em um *campus* universitário, o que só foi possível por ter assinado um acordo com a Companhia do Metropolitano de São Paulo, a qual, em troca da areia reclamada por seus serviços, forneceu os recursos indispensáveis à construção final do grande empreendimento.

Se a questão da estrutura física da USP me parecia fundamental, não menor atenção foi dispensada à estrutura docente. Esta sofria de grave desequilíbrio, com o corpo de professores escalonados segundo três graus de vencimentos, figurado no vértice os mestres das faculdades tradicionais (Direito, Medicina, Politécnica e a da nóvel Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras) e, na base, os da Escola de Farmácia e de Medicina Veterinária, com a Escola Agrícola Luiz de Queiroz, ocupando a posição intermediária. Era uma situação iníqua que urgia ser corrigida, tendo podido contar com a compreensão unânime do Conselho Universitário. Como, na época, a USP não possuía plena autonomia orçamentária no concernente aos vencimentos de seus servidores, foi indispensável contar com a aprovação do governador, a fim de ser incluída emenda no orçamento submetido à Assembléia Legislativa.

Adhemar foi sensível às nossas razões, de maneira que foi posto fim à anacrônica desigualdade. Considero da máxima importância essa equiparação entre os diferentes cultores das ciências, não só devido à sem razão dos sistema elitista anteriormente em vigor, como também porque estávamos superando um velho preconceito no que se refere ao mérito dos campos de pesquisa, em geral relegados injustamente a um plano secundário os que não correspondem a tradicionais domínios do conhecimento.

Por outro lado, também o corpo discente era objeto de minha atenção. Como sinal dos novos tempos, além da gratuidade do ensino universitário, a Constituição Paulista de 1947 havia determinado a implantação de cursos noturnos. É claro que não era recomendável fazê-lo em todas as áreas, dada a natureza do ensino, como era o caso sobretudo da Medicina, mas obtive de Adhemar verbas suplementares para, já em 1950, podermos tornar realidade o mandamento constitucional. Na Faculdade de Direito essa mudança iria ter efeitos benéficos, com a convocação de livre-docentes que, na época, eram meros elementos de reserva, aguardando a oportunidade de lecionar nos impedimentos dos catedráticos... Também houve necessidade de admitir assistentes ou auxiliares de ensino, cuja presença valiosa já era regra na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, inclusive do ponto de vista da formação intelectual. Por sinal que uma absurda resistência iria durar, em minha Faculdade, por vários anos, com o monopólio de catedráticos que, certa feita, *ex abrupto*, aproveitando-se da ausência dos professores mais jovens, sumariamente suprimiram a categoria dos auxiliares de ensino. Sinal dos tempos...

Havia outras reformas essenciais a serem feitas. Sem embargo do alto descortino dos fundadores da Universidade de São Paulo, esta havia sido concebida tão-somente em função da Capital, só possuindo um estabelecimento no interior do estado, a tradicional Escola Agrícola Luiz de Queiroz, sediada em Piracicaba. Mas nos últimos quinze anos, o estado de São Paulo se desenvolvera de tal modo, que a idéia coimbrã de um único centro de ensino e pesquisa, localizado na capital, não se conciliava com os anseios de progresso cultural reclamados pelas populações interioranas, que já contava com cidades desenvolvidas, com cursos de ensino médio oficial e particular merecedores de crédito. Surgiu, assim, a idéia de estender a USP para o interior, com a criação complementar de faculdades sediadas nos grandes centros urbanos regionais, como Ribeirão Preto, Campinas, Bauru, Marília, Presidente Prudente etc. O Conselho Universitário acolheu favoravelmente essa iniciativa e, além de ser aprovado um plano preliminar, cuidou-se desde

logo da criação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, há muito tempo reclamada pela população local.

É preciso salientar que esse programa de ação tinha a favorecê-lo a existência de vastas áreas destinadas às Escolas Agrícolas criadas ao tempo do interventor Fernando Costa, para formação de técnicos de nível médio, mas que, por diversas razões, não tinham conseguido vingar, permanecendo desaproveitados até mesmo edifícios que poderiam, sem grandes despesas, ser destinados ao ensino superior, tal como depois aconteceu.

Passados agora tantos anos, só posso recordar-me, com justificada ironia, das notas de fundo que um grande jornal paulistano dedicou a essa minha iniciativa, não titubeando em proclamar que *idéia tão esta-parfúrdia*, em conflito com os planos dos fundadores da USP, só podia ser sustentada por alguém desprovido de raízes nas mais lídimas tradições da terra paulista. O único cuidado a tomar era impedir que núcleos universitários surgissem à revelia dos padrões de qualidade técnico-científica da Universidade de São Paulo, o que foi cumprido à risca. Examinando-se a questão com olhos postos no futuro não havia quem não reconhecesse que seria inevitável o acesso do interior ao chamado ensino de 3º grau, como projeção natural de uma *celula mater* capaz de assegurar altos índices de preparo docente, com razoáveis critérios seletivos dos estudantes.

Para dar início ao programa, resolvi, em maio de 1950, declarar definitivamente criada a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, requisitando, para tal fim, um avião DC-3 bimotor da Vasp, onde tomaram lugar, como convidados especiais, os professores Jaime Cavalcanti e Geraldo de Paula Souza, que dirigiam, respectivamente, a Faculdade de Medicina de São Paulo e a de Higiene e Saúde Pública; outros professores e membros do Gabinete, como Alcides Prudente Pavan, meu secretário particular. Integrava também a comitiva Antônio Machado Santana, jornalista de Ribeirão Preto, entusiasta propugnador da nova instituição. Também Nuce e outras esposas de professores davam tom festivo à expedição universitária.

Estávamos longe de supor que iríamos passar por momentos de angústia, cujo desfecho feliz até hoje se me afigura inexplicável. Mal o avião havia iniciado o voo, estancou-se um dos motores, que foi prontamente desprendido da aeronave para evitar que se incendiasse. Incontinenti, o piloto retornou à pista, fazendo cavalo de pau, ou seja, girou a roda direita, desviando o avião que passou a correr, aos trancos e barrancos, através do campo de aviação. Com os nervos retesados, a

trepidação violenta do DC-3 se confundindo com a dos corpos reduzidos a coisas, agarramo-nos às nossas poltronas, sem consciência do que estava acontecendo, enquanto a aeronave era providencialmente lançada contra um fofo monte de terra formado pelos serviços de terraplenagem em execução no aeroporto, isto quando já nos aproximávamos do baranco que dá para o Jabaquara. Ainda não refeitos do susto, vimos o comandante sair da cabine gritando: "Desçam depressa, desçam depressa antes que o avião pegue fogo!"

No maior atropelo essa ordem foi obedecida, com as mulheres ainda às voltas com seus pertences, mas não houve gritos, nem crise de histerismo. Foi só no solo, a alguns metros do avião, que nos demos conta das dimensões do desastre. A aeronave estava toda retorcida, com um dos motores sob a carlinga, enquanto o outro mal se vislumbrava à distância.

Pois bem, meu caro leitor, eu me achava tomado de tamanho entusiasmo pela obra universitária que logo consultei os companheiros se estavam dispostos a seguir de automóvel para Ribeirão Preto. Ante a resposta afirmativa, cuidamos de obter os veículos necessários e ainda não rompia a madrugada quando chegamos à que era então a *Capital do Café*. Alertadas as autoridades locais, prefeito e vereadores vieram ao nosso encontro e, embora com forçoso atraso, procedeu-se à cerimônia em que solenemente declarei decidida a instalação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto como Instituto integrado na USP, em área antes destinada a uma Escola Técnica de Agricultura.

Isto não obstante, quando se comemorou o primeiro jubileu da Faculdade de Medicina, sabiamente implantada, mas não fundada por Zeferino Vaz, a direção da escola distribuiu convites e outorgou diplomas e medalhas às autoridades ligadas à instituição. A mim, coube-me receber, como qualquer professor da USP, uma circular comum convidando-me para a solenidade. Mais uma vez me convencia da verdade melancólica contida na advertência de Siqueira Campos: "Da pátria nada se deve esperar, nem mesmo compreensão". Devo, todavia, aqui consignar que, quinze anos depois, em abril de 1992, ao ser comemorado o quadragésimo aniversário dessa Faculdade o seu ilustre diretor, professor Dalmo de Souza Amorim e o Dr. Antonio Alberto Felício, na qualidade de presidente do Centro Médico de Ribeirão Preto, houveram por bem homenagear-me pela iniciativa de criar um instituto de que a USP se orgulhava.

Mas não me dedicava à USP cuidando de qualquer recompensa. O que queria era assegurar-lhe novos caminhos, além daqueles que haviam

sido instituídos por seus fundadores, cuja obra somente poderá ser dignificada graças à projeção de seus ideais nas coordenadas do tempo. Foi assim que me pareceu indispensável transformar a Universidade de São Paulo em centro de prestação de serviços, tanto à comunidade, na área tecnológica, quanto no campo literário e artístico, papel este que até hoje lhe caberia desempenhar, situada como se acha em um país, cujo progresso cultural, como o assinalou Euclides da Cunha, se confunde com o seu próprio destino.

Previendo a dispersão dos futuros estabelecimentos na vastidão do *campus*, onde seria impossível pensar na residência simultânea de professores e alunos, julgava essencial a existência de instrumentos de integração universitária. O primeiro foi a criação da *Revista da Universidade de São Paulo*, dedicada aos problemas gerais de todas as áreas do conhecimento, de modo a possibilitar uma consciência de interdisciplinaridade, vencendo-se o hiato que separava perigosamente as ciências naturais das ciências humanas. Infelizmente, ela ficou apenas no primeiro fascículo, abandonada a idéia por meus sucessores, até a feliz iniciativa da criação do Instituto de Estudos Avançados com esta sua já consagrada revista.

Uma das questões que efetivamente me preocupava era a integração dos institutos, dispersos pela Capital e destinados a continuar dispersos na cidade universitária. Um dos processos para superar esse isolamento era criar institutos nos quais se reunissem os cultores da mesma ou de matérias complementares. Nesse sentido, promovi a instalação de um Instituto de Estatística, disciplina ministrada em várias unidades, desde a Escola Politécnica até a de Economia e Administração. Também essa iniciativa não logrou continuidade. Mais feliz foi a idéia de integrar-se, em unidades, com a cooperação das usinas de açúcar da região, todos os professores que realizavam pesquisas sobre fermentação, na Escola Agrícola Luiz de Queiroz, em Piracicaba. Foi assim criado o Instituto de Zimotecnica, cujo caráter pioneiro acabou sendo posto em realce por ocasião das comemorações do cinquentenário da USP. Foi essa uma das primeiras e promissoras formas de pesquisa, ao mesmo tempo, pura e operacional, com base na cooperação universidade/empresa, o que já era norma vigente no IPT, que tenderia, progressivamente, a evoluir de autarquia anexa à Universidade, que era, para converter-se em empresa pública, com discutível diminuição de investigações puras ou desinteressadas.

Ao lado dos problemas tecnológicos punham-se, todavia, os de natureza cultural. Era mister dar um novo sentido à incipiente Divisão de Assuntos Culturais, que praticamente se resumia em marcar a presen-

ça da USP nos eventos intelectuais e artísticos ou nas solenidades escolares exercendo precária atividade de cerimonial. Convidei o saudoso amigo Vicente Ferreira da Silva Filho para assumir a direção cultural do setor, tendo a cooperação de outros companheiros do Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF). Tornou-se, assim, possível organizar, com grande êxito, uma série de cursos breves e de conferências em várias cidades do interior do estado. Por outro lado, alugávamos, por poucos dias, armazéns vazios, nos diversos bairros da capital, a fim de promovermos exposições de pintura e escultura convocando os artistas locais, o que despertava não só interesse como revelava desconhecidos valores. Desse modo, a USP ia ao encontro do povo, mas sem ceder ao populismo, suprimindo a lacuna de entidades culturais oficiais, que, somente anos depois, seriam criadas. Infelizmente, a minha nunca sopitada vocação política foi um tropeço em minhas atividades universitárias, sendo obrigado a renunciar ao cargo de Reitor, em meados de 1950, o que não cabe aqui relatar.

Não digo que, cessada a função de Reitor, me tenha desinteressado do destino da USP, cujo espírito humanístico e universalizante sempre me manteve fiel, mas é natural que voltasse a cuidar com mais empenho de meus interesses profissionais e de minha cadeira de Filosofia do Direito, após absorvente intervalo de luta política, na esperança malograda de tornar-me governador de São Paulo, e, depois, senador. Recordo, porém, com uma ponta de vaidade, a colaboração que me foi possível dar como membro da Editora da Universidade, sob a presidência do professor Mario Guimarães Ferri, dedicando especial atenção à publicação de textos essenciais à reconstituição do pensamento filosófico, científico e artístico do país. Sempre a idéia inspirada por Fichte, de que uma autêntica universidade tem a missão de promover o progresso cultural do povo, contribuindo primordialmente para a formação da cidadania.

Devolvido ao círculo privado, digamos assim, dediquei-me de corpo e alma às pesquisas filosófico-jurídicas, bem como a desenvolver o Instituto Brasileiro de Filosofia, como entidade destinada a congregar os pensadores brasileiros, independente de doutrinas e ideologias, através da *Revista Brasileira de Filosofia* fundada em 1951. Então, como agora, sempre considere a filosofia mais do que mera disciplina acadêmica, um instrumento de autoconsciência nacional, tese esta que desenvolvo em meu livro *Pluralismo e Liberdade* e que viria a tornar-se alvo de conhecida polêmica em defesa da liberdade acadêmica. É essa a razão pela qual jamais me entusiasmei com a opção feita pelos mestres do curso de Filosofia da USP no sentido de, após as contribuições valiosas de João Cruz Costa e Laerte Ramos de Carvalho sobre o pensamento

nacional, darem predominante, quando não avassaladora preferência pelo estudo de textos clássicos, antigos e modernos, o que o acabou convertendo, não obstante inegáveis méritos hermenêuticos, em uma espécie de surcusal da Sorbonne, com predomínio do pensador francês na moda, de Sartre, Foucault ou Althusser, sempre na linha da ideologia marxista, o que explica a guinada posterior para Gramsci e a Escola de Frankfurt.

Quando se fizer a história da filosofia na USP sem idéias pré-concebidas, não se poderá deixar de reconhecer que, à exceção dos estudos de Roque Spencer Maciel de Barros, na Faculdade de Educação, pode dizer-se que foi a Faculdade de Direito que, graças à cátedra ou ao Departamento de Filosofia do Direito, se aprofundou na história das idéias no Brasil, sabendo manter salutar intercâmbio cultural com universidades brasileiras e estrangeiras através do Instituto Brasileiro de Filosofia. Coube, com efeito, ao IBF promover sucessivos seminários e congressos nacionais e internacionais de filosofia e de filosofia jurídica, deixando o Brasil de ser o grande ausente nos eventos filosóficos mundiais.

Pode-se dizer que foi esse empenho cultural, além do dedicado às minhas atividades docentes, que me afastou da vida administrativa da Universidade de São Paulo, de cujo destino iria participar intensamente ao ser de novo investido no cargo de Reitor, em 1969.

Foi o professor Alfredo Buzaid, já confirmado para o Ministério da Justiça pelo presidente Médici, quem teve a idéia de convidar-me para figurar na lista tríplice destinada à escolha do Reitor da Universidade de São Paulo pelo chefe do Executivo paulista. Alfredo convencera-se, pela experiência que lhe advinha do exercício transitório do cargo de vice-reitor, que a USP estava precisando de um dirigente desvinculado dos conflitos que dividiam então a comunidade acadêmica.

Na realidade, a situação difícil em que se encontrava a USP em fins de 1969 era devida, em grande parte, ao fato de o professor Luís Antonio da Gama e Silva, durante quase quatro anos, ter-se conservado no cargo de Reitor, apesar de estar exercendo em Brasília as altas funções de Ministro da Justiça. O resultado era uma situação fluida, com um vice-reitor no exercício da Reitoria, sem capacidade de traçar, com autonomia e segurança, um plano cultural e administrativo de longo alcance.

É possível que a apresentação de meu nome tenha sido recebida por alguns com natural desconfiança, como se se tratasse de uma deliberação do sistema, isto é, das forças militares dominantes, quando, ao

contrário, nascera apenas em razão de meu passado de professor. Não interessa, porém saber quais as razões determinantes do apoio que recebi, obtendo a maioria dos votos do Conselho Universitário logo no primeiro escrutínio. Completada a chapa, foi ela levada ao governador Roberto Costa de Abreu Sodré, cuja posição, em relação a mim, era deveras curiosa, pois ele havia sido um dos líderes da greve estudantil que tentara impedir o meu retorno à cátedra de Filosofia do Direito da Faculdade do Largo de São Francisco, conforme recorde com minúcias no primeiro volume de minhas *Memórias* (1).

Contara-me, depois, que antigos adversários, inconformados com a minha indicação, apesar do longo tempo decorrido, tentaram criar-lhe embaraços, lembrando inexistentes compromissos de clientela, mas o governador Sodré respeitou a preferência do Conselho.

Nesse meio tempo, já havia colhido informações preciosas sobre a situação da USP, com os corpos docente e discente divididos, se não contrapostos, todos ressentidos em virtude da perda de projeção social e cultural que, no passado, havia caracterizado uma instituição digna de exercer a mais fecunda influência na vida paulista e brasileira. Senti incontinenti que o problema primordial consistia na perda geral de confiança nos órgãos dirigentes, devendo, pois, concentrar meu maior empenho na criação de um ambiente animado tão-somente pelos valores transpessoais da cultura ou da missão pedagógica acima de quízílias de grupos ou facções. Para tanto, era mister assumir o cargo com coragem e dedicação, para que logo se tomasse ciência de meus propósitos em prol de uma *idéia diretora*, sem a qual, no dizer de Maurice Hauriou, não vingam nem progridem as instituições.

Além disso, havia uma Reforma Universitária a ser implantada, pois, se assumi as funções de Reitor no dia 5 de novembro de 1969, o novo Estatuto da USP havia sido antes aprovado com emendas pelo Conselho Estadual de Educação, ao qual eu então pertencia. Assumi, assim, as funções de Reitor com pleno conhecimento da nova roupagem legal da USP, visto ter exarado parecer sobre a matéria a 16 de junho de 1969, já conhecendo o texto final encaminhado à aprovação do chefe do Executivo estadual, conforme Decreto promulgado já em minha gestão, a 13 de dezembro de 1969. Por todos os motivos expostos compreendi que o meu discurso de posse poderia se reduzir a mero ato formal, preferindo traçar algumas diretrizes fundamentais de ordem cultural e, ao mesmo tempo, firmar minha posição de trabalhar por uma "*universidade democrática*, como desejamos seja a nossa, como expressão de uma sociedade plural, fundada na força criadora da liberdade e na pluralidade das afirmações espirituais". Como penso não ter faltado a esse solene

compromisso, considerei oportuno transcrever, no Suplemento das referidas *Memórias*, um documento tão relevante na história de minha vida (2).

Saliente-se que o novo Estatuto vinha alterar profundamente a estrutura universitária paulista, implicando uma tarefa ingente, cheia de naturais tropeços, bastando dizer que caberia ao Reitor, com a aprovação do Conselho Universitário, ainda não constituído, enquadrar mais de 4.200 professores nos Departamentos a serem criados, sendo notórias as resistências de muitos por se verem privados das respectivas cátedras. Tudo dependia, pois, de uma prudente passagem da monarquia das cátedras para o governo colegial dos Departamentos, evitando-se que estes se deteriorassem, transformando-se em perigosas *oligarquias*, com dispersão da responsabilidade didática.

O certo é que me dispunha a assumir as funções de Reitor com todos os seus riscos e responsabilidades. Foi assim pensando que, na manhã seguinte à minha nomeação, ao me deparar com um automóvel com chapa fria protegido por uma perua de segurança, dispensei o sargento e sua guarda por estar convicto de que um Reitor, que entra cercado de soldados no *campus* universitário, não logra conquistar a confiança da comunidade acadêmica. Além disso, indaguei se ainda existia a chapa oficial do automóvel do Reitor (RU) e, ao saber que estava no porta-malas, mandei que fosse recolocada incontinenti. Eu estou de acordo com Skinner quando, apesar de seus exageros, nos ensina que a forma de comportamento é elemento essencial a reforçar nossos atos de inteligência ou de vontade.

Nesse sentido, cabe-me fazer referência a um fato aparentemente despidendo, mas que teve na época grande repercussão estudantil. Coincidiu a minha posse com a realização de uma competição intitulada *Volta da Cidade Universitária*. Com imensa surpresa para os estudantes compareci à prova e, compartilhando do entusiasmo juvenil, assumi o compromisso de, até o término de minha gestão, deixar implantado o *campus* esportivo da USP, pois era deveras deprimente que, passados tantos anos, com grande número de institutos sediados no *campus*, este não tivesse senão um campo de futebol de várzea e duas precárias quadras de bola ao cesto.

Os recursos disponíveis para o setor esportivo eram nenhum. Daí o apelo que fiz ao então prefeito Paulo Maluf para que contribuísse na edificação de nosso *campus*, parte essencial da cidade, obtendo a significativa verba de Cr\$ 5.000.000,00, altíssima para a época, o que levou o governo do estado a destinar-nos igual dotação suplementar. Apoio decisivo para esse empreendimento veio-nos também do Ministério da

Educação e Cultura, através do Departamento de Educação Física e Desportos, tornando-se possível realizar obras de vulto, inclusive uma pista de atletismo revestida de *tartan*, o que mereceu críticas de alguns ignoros, que tomaram tal revestimento como demonstração de luxo, quando, na realidade, se tratava do mínimo de exigência técnica para as atividades atléticas em qualquer nação civilizada, como depois se tornou de uso corrente.

Não se cuidou, porém, apenas de esporte. Havia um problema bem mais grave e urgente que era o relativo à saúde de nossos estudantes, grande parte pertencente a famílias de poucos recursos. Bastará dizer que, em virtude de trabalhos estatísticos pioneiros, cujo mérito cabe ao professor Irany Novah Moraes, ficamos sabendo que mais de 42% dos alunos da USP descendiam de pais ou mães analfabetos, ou com um curso primário incompleto. Tais dados impressionaram-me profundamente, pois me permitiram compreender que a Universidade devia dar a grande parte de seus alunos bem mais do que ensino e pesquisa; além disso, também uma série de conhecimentos e valores que os membros de famílias abastadas assimilam no convívio doméstico. Donde a necessidade de, na falta de Hospital Universitário — depois construído — implantar imediatamente consultórios destinados ao atendimento psicológico e ginecológico, que foram de grande eficácia para superamento de crises de outra forma inevitáveis. Por outro lado, reforçamos as verbas destinadas à assistência médico-hospitalar, aumentando consideravelmente os serviços próprios, além de credenciar especialistas para atender a estudantes, professores e funcionários, sem prejuízo da aquisição de equipamentos para radiologia, ótica etc., ao mesmo tempo em que se organizava eficientemente o serviço odontológico. Não posso olvidar que, graças a inteligente questionário, ao qual os ingressantes na USP eram obrigados a responder, foi possível fazer diagnósticos de doenças prováveis, sendo atendidos de preferência os casos mais graves. Não sei se esse sistema de questionário continua a ser seguido na USP com a mesma amplitude que lhe foi dada.

Como os estudantes são os principais destinatários de tudo o que fazemos dentro de uma Universidade, nada de extraordinário que a eles me tenha referido logo no início destas minhas recordações. Devo dizer que, durante meu mandato, o clima reinante no corpo discente foi o de serena compreensão e colaboração, não obstante a grande revolta deixada pela violenta cassação de ilustres mestres considerados subversivos pelo governo revolucionário. Como prova da confiança por mim depositada na juventude universitária, lembro que resolvi estabelecer, em pleno regime militar, *eleição direta* para a escolha de seus representantes em todos os colegiados, desde o Departamento até o Conselho Univer-

sitário, exigindo apenas que fossem satisfeitas pelos candidatos condições próprias de um estudante medianamente aplicado. Eram as únicas eleições diretas que se realizavam no país, de sorte que, embora o voto não fosse obrigatório, milhares de estudantes atenderam à minha convocação, afrontando o tabu reinante. Em geral, os eleitos corresponderam aos objetivos da representação, contribuindo os moços com críticas e sugestões que os mestres souberam, acolher com proveito, mesmo quando feitas com certa jactância ou irreverência.

Além disso, foi-me sobremaneira grato ter podido chegar ao fim de meus encargos vendo em pleno funcionamento na USP os dois primeiros *Centros de Vivência*, dotados de todos os recursos para recreação e cultura. Foi uma diretriz por mim firmada e que deveria ter sido mantida em progressão contínua, como um dos fatores essenciais à comunidade universitária.

Posso afirmar, sem jactância, que foi com igual espírito de aberta compreensão que me situei perante professores e funcionários, por estar convencido de que não me seria possível levar a termo a reforma universitária se não prevalecessem, sobre os interesses particulares, os valores da comunidade, aos quais procurava adequar minhas decisões.

Sinto-me com dificuldade para me referir, em poucas páginas, a toda a gama de obras e serviços que me foi dado realizar no quadriênio de Reitoria, razão pela qual peço venia para me reportar ao que exponho no capítulo XIII do segundo tomo de meu livro de *Memórias*. Posso sumarizar da seguinte forma o programa fundamental que me propunha realizar:

- no plano *didático*, implantar a reforma universitária, a começar pelos Institutos básicos criados pelo novo estado, transferindo para eles centenas de professores e alunos que antes pertenciam às antigas Faculdades, tudo fazendo para que as Cátedras fossem logo substituídas pelos Departamentos, ponto-chave da reforma;
- no plano *urbanístico*, dar prioridades aos serviços de infra-estrutura, que se achavam em condições precárias, havendo poucas ruas pavimentadas e iluminação em geral deficiente, estando não menos comprometidos os serviços de água e esgotos, com a necessidade de cuidar incontinenti da obtenção de uma subestação para o fornecimento de energia em 88 kV, capaz de assegurar força constante a nossos laboratórios e oficinas, sem serem olvidadas obras complementares de estacionamento para automóveis (grande parte da população docente e discente da USP é motorizada...) e de indispensáveis serviços de paisagismo;

- ainda no *plano urbanístico*, dar início imediato à construção do setor esportivo, se possível com a conclusão da tão sonhada raia olímpica para competição de remo;
- no plano *arquitetônico*, projetar ou completar a construção dos edifícios destinados a abrigar os institutos básicos recém-criados, ou seja, os Institutos de Matemática, Física, Química, Psicologia, Geologia, Ciências Biomédicas, Oceanografia, Biociências, que surgiam como suporte das Faculdades profissionalizantes, cuja estrutura autônoma foi louvavelmente preservada, ao contrário de outras universidades onde tudo se dissolveu no *mare magnum* dos Departamentos;
- no plano *administrativo*, instaurar incontinenti a Coordenadoria de Administração Geral – Codage, prevista no Estatuto, recorrendo a formas mais técnicas e dinâmicas de condução dos serviços burocráticos. Nesse sentido pareceu-me indispensável criar uma Assessoria de Planejamento – Apusp, por estar convencido da impossibilidade de administrar-se, no mundo contemporâneo, sem se contar com um órgão que coordene e projete no tempo a tarefa do desenvolvimento;
- no plano *cultural*, tomar igual providência quanto à Coordenadoria de Atividades Culturais – Codac, com a institucionalização definitiva da Editora da Universidade – Edusp, cujo Regulamento fora por mim elaborado quando membro da respectiva Comissão, a fim de dotar o *campus* de uma livraria central, sem prejuízo de livrarias setoriais, dando-se ênfase especial aos serviços de co-edição, o que, diga-se de passagem, possibilitou a publicação, em quatro anos, de nada menos que 404 títulos de obras, algumas com mais de um volume, abrangendo todos os domínios do saber;
- no plano *médico-assistencial*, promover a implantação da Coordenadoria de Saúde e Assistência Social – Coseas, destinada, pelo Estatuto, a oferecer serviços médicos a estudantes, professores e funcionários, com a atribuição complementar de superintender os restaurantes universitários e os setores esportivos;
- no plano das *relações públicas*, manter contatos permanentes com as autoridades federais, de conformidade com as respectivas áreas de desempenho; com todas as universidades brasileiras, inclusive através de seu respectivo Conselho de Reitores, assim como com as demais instituições culturais do país;
- no plano *internacional*, estabelecer relações permanentes com universidades de todas as nações, através de convênios e programas de ação, para a realização de congressos, seminários, cursos, con-

ferências e intercâmbio docente e discente, com especial atenção dispensada aos países da América Latina e da África;

- no plano da *integração universitária*, fazer tudo para trazer ao *campus* de São Paulo todas as Faculdades ainda sediadas fora dele, exceto, por compreensíveis motivos históricos, a Faculdade de Direito; assim como, por indeclináveis razões de ordem prática e didático-científicas, a Faculdade de Medicina, situada em extensa área, ao lado do famoso Hospital das Clínicas, com o qual mantém vínculos essenciais, o mesmo se podendo dizer da Faculdade de Saúde Pública;
- tratar as Unidades sediadas no interior do estado como se fossem *campi* universitários autônomos, ou seja, como Unidades integradas dotadas de valores próprios no sistema global, não se olvidando, assim, o *cunho federativo* que está no âmago institucional da USP, desde a sua criação, e mais acentuado ao projetar-se ela fora da capital.

Pois bem, quando me vi à testa de tão complexo conglomerado de obras e serviços, que tinha condições de visualizar em sua integralidade, sabendo-o exposto a inesperados obstáculos, compreendi que era preciso agir com engenho e arte. A primeira dificuldade dizia respeito ao gigantismo das atribuições. Como sempre considerei sinal de mediocridade toda preocupação centralizadora dos serviços públicos, convidei o vice-reitor, Orlando Marques de Paiva, a *ajudar a carregar o andor*, conforme feliz dito popular. Fizemos cuidadosa distribuição de competências, que culminou em feliz delegação de poderes, cujo maior resultado para mim foi a consolidação de uma amizade fraterna. O segundo passo seria a descentralização dos *campi* do interior, a que já fiz alusão.

Um dos empecilhos a esse plano de ação advinha, como já realçado, das suspeitas e prevenções criadas pelo regime militar, não sendo segredo para ninguém a existência de *órgãos de informação* embutidos nas casas de ensino da União e dos estados, fornecendo dados para a escolha dos diretores ou a apreciação do comportamento docente e estudantil. Decidi-me a superar esse obstáculo com uma atitude serena e firme, não tolerando ser privado, às vezes por tolas suspeitas ideológicas, de contar com a colaboração de mestres eminentes apontados como esquerdistas ou até mesmo subversivos.

Esse clima de exclusiva confiança nos valores culturais e pedagógicos era, repito, essencial à implantação da reforma universitária em curso, pois, com a minha experiência de jurista, sabia que ia ser necessário ao Reitor expedir atos normativos, *ad referendum*, não só do Conselho Universitário como do Conselho Estadual de Educação. Este

ponto era tão delicado que alguns sustentavam a tese de que, sendo no Estatuto prevista a elaboração de um Regulamento Geral, não havia possibilidade de dar início à reforma universitária sem a prévia aprovação daquele ato normativo. Tal entendimento pareceu-me absurdo e mesmo insensato, pois, além de confundir regulamento de lei com regimento de um estatuto, importava em fazer-nos cair na abstração de um novo ato normativo a ser elaborado sem contato com a experiência e as lições que dela emergem à medida que avançamos. Daí a decisão que tomei — e foi ela essencial ao sucesso de minha administração — de agir em função da seguinte idéia mestra: o novo Estatuto concede ao Reitor e ao Conselho Universitário, ou tão-somente ao Reitor, até que este órgão seja constituído, toda uma série de *poderes implícitos*, legitimados pela clássica lição do eminente juiz John Marshall, consagrada em memoráveis julgados da Suprema Corte norte-americana — e é um dos segredos da estabilidade constitucional da grande República do Norte — segundo a qual a autoridade que tem atribuição legal para realizar certos fins, dispõe também de poder para a escolha e a utilização dos meios indispensáveis e adequados à consecução desses fins.

Convicto do acerto e da indispensabilidade desse entendimento jurídico, não vacilei, com a colaboração do Conselho Universitário, em editar dezenas de Portarias, depois denominadas, com mais propriedade, Resoluções, graças às quais, inferindo conseqüências das normas estatutárias ou suprimindo-lhes as lacunas, tornou-se possível implantar, em alguns meses, uma reforma que parecia destinada a permanecer no limbo das boas intenções. É possível que, num ou noutro caso, tenhamos avançados o sinal, dispensando a audiência prévia do Conselho Estadual de Educação, mas um rigorismo legalista teria obstado o adimplemento do Estatuto, que estabelecera uma reforma, suscetível de críticas (eu mesmo tinha sérios reparos a fazer-lhes) mas que constituía um passo essencial para a modernidade.

Bem se pode imaginar quantos problemas tive de afrontar desde a Portaria nº 1.023, de 13 de janeiro de 1970, que deu estrutura departamental às antigas cátedras, com a distribuição de todas as disciplinas entre as diversas Unidades componentes da USP, várias delas instituídas pela nova lei estatutária. No mesmo dia — estávamos na primeira quinzena de vigência do Estatuto — fixei normas de caráter transitório para implantar a reforma universitária, pela Portaria nº 1.024, que veio sofrendo sucessivos aditamentos e correções, o que lembro para demonstrar o caráter experiencial, de verdadeiro desafio e de aderência aos fatos, de que se revestiu o ingresso de nossa Universidade no delicado processo da reforma, incompatível com climas emocionais ou motivações demagógicas.

Cabe-me, outrossim, salientar que, além dos problemas *interna corporis*, havia um outro não menos grave a afrontar, devido à descabida pretensão do Ministério da Educação de impor um modelo universitário a todo o país, considerando indispensável antes dos cursos das Faculdades, um primeiro ciclo, comum a todas elas. Reagi com veemência a essa interferência federal, lembrando que a Constituição de 1969, assegurava a autonomia do sistema estadual de ensino. Essa firme atitude, recebida em Brasília como um ato de rebeldia, teve o seu momento culminante num simpósio promovido pelo Conselho de Reitores em Juiz de Fora, convocado para estudar as novas bases do ensino superior. Nessa oportunidade, a representação da USP, constituída por seu Reitor, mais os professores Roque Spencer Maciel de Barros, Laerte Ramos de Carvalho e Antonio Guimarães Ferri, proclamou seu poder de auto-organizar-se segundo critérios próprios, fazendo-o em documento que foi denominado *Manifesto de Juiz de Fora*. Por ele ficou assente o direito da USP de fixar soluções correspondentes aos índices de seu desenvolvimento científico e tecnológico, como uma Universidade diversificada e plural, capaz, portanto, de corresponder ao multifário panorama das condições geoconômicas e educacionais paulistas, sem ser obrigada a ajustar-se ao modelo federal incompatível com a sua grandeza.

Tal atitude teve como conseqüência novo entendimento dado ao chamado *primeiro ciclo*, cujos objetivos, no caso da USP, passariam a ser atendidos pela integração do ensino e da pesquisa ao longo de todo o curso. A única exceção que se admitiu a essa norma foi, por motivos imperiosos, o da criação de um curso prévio comum a toda a área da saúde, com as disciplinas biomédicas. Foi esse ponto que levantou grande celeuma, havendo enorme resistência por parte da Faculdade de Medicina, que chegou a exigir sua separação da USP para constituir um Centro Médico autônomo, do qual fariam parte a Faculdade de Higiene e Saúde Pública e o Hospital das Clínicas. Não obstante as fortes razões apresentadas, resisti a essas pressões, preservando a todo custo a unidade da Universidade de São Paulo.

A essa altura de minhas lembranças não posso deixar de realçar que, sem prejuízo da atenção dispensada a novos cursos humanísticos, com a construção de prédios próprios para a Escola de Comunicações e Artes e para a Faculdade de Economia e Administração, empenhei-me na implantação do curso de Engenharia Florestal, de tão grande importância para a economia nacional, bem como na transformação do Instituto Astronômico e Geofísico em Unidade de ensino, com cursos de graduação e pós-graduação, realizando-se embora tardiamente, a aspiração do saudoso Abraão de Moreas, cujo nome foi, com toda justiça,

dado ao novo Observatório Astronômico, de Valinhos, também, instalado em meu quadriênio, sendo desde logo dotado de um Círculo Meridiano e um Astrolábio, com a compra de um moderno telescópio de reflexão.

No que se refere à *pós-graduação*, o esforço por mim despendido teve resultados positivos. A pós-graduação já representava, como que uma outra Universidade dentro da Universidade, elevando-se, em 1974, a cerca de 5.000 o número de alunos inscritos nos cursos de mestrado e doutorado. Note-se, aliás, que esse preparo complementar não se destina apenas às tarefas de ensino. À medida que se apuram os processos de racionalização científica e tecnológica, as empresas públicas e privadas não se contentam mais com simples diplomados: exigem cada vez mais especialistas, que só a pós-graduação pode adequadamente preparar. Podemos, em suma, afirmar que a pós-graduação se tornou uma das chaves mestras do desenvolvimento nacional, além de ser um dos pressupostos básicos de nossa atualização no plano pedagógico. Não devemos olvidar que, no tocante a este assunto, imensa é a responsabilidade de nossa Universidade, a cujos cursos acorrem estudantes de todo o país, sendo esta uma das condições primordiais para a formação de um corpo docente altamente qualificado.

Problema muito ligado ao da pós-graduação é o relativo à prestação de serviços à comunidade, sobretudo nas nações ainda em desenvolvimento. Se nos Estados de economia afluyente, empresas públicas e privadas destinam imensos recursos às pesquisas puras e operacionais, no Brasil, durante largo tempo, essa mis-



Reprodução

*Perspectiva
da Torre
Universitária*

são deve caber principalmente às Universidades. Foi o que ponderei, logo no meu discurso de posse, reclamando que o binômio ensino e pesquisa já de alta valia, devia ser substituído pelo trinômio ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade. Era e é preceito consagrado em nosso Estatuto que tudo fiz para que se convertesse em realidade viva, mediante a instauração de instrumentos corajosos de conexão de nossa experiência científica e tecnológica com o processo de desenvolvimento nacional. Para atender a esse objetivo, compreendi que a USP não podia deixar de possuir um Centro de Informática, criteriosamente implantado na Escola Politécnica pelo professor Fadigas Fontes Torres, por sinal que injustamente apontado como oposicionista contumaz, abrindo-se, assim, nova porta à USP para entrar na modernidade. Não foi, aliás, por mera coincidência que, nessa época, foi construído por nossa Universidade o primeiro computador nacional, o *patinho feio*.

Não posso, outrossim, deixar sem referência a nova colocação dada ao problemas das construções na cidade universitárias; "por quais razões", indaguei eu, "apesar dos recursos disponíveis, e do largo tempo transcorrido, o *campus* ainda permanece informe, a ponto de merecer a alcunha depreciativa dos estudantes de *o matão*?". Pelo estudo que fiz da organização do Fundusp, valendo-me de minha experiência empresarial como um dos diretores da antiga Light, percebi que um grande mal o corroia, que era a burocratização de seus serviços, resultado natural da realização de obras, não por empreitada, mas valendo-se de seus próprios recursos materiais e humanos. Comparando prós e contras,



Praça do Relógio

Raul Augusto G. Pereira

optei pela mudança do sistema, ainda que custasse, como custou, um alto preço, para o pagamento das indenizações trabalhistas. Se não tivesse assumido essa atitude, a USP estaria logo mais com insuportáveis encargos sociais, e não teria sido possível o aceleração das construções, com resultados que em poucos meses se positivaram. Transformado o Fundusp em órgão especializado de projetos e de controle de obras, o seu magnífico corpo de arquitetos, engenheiros e técnicos em tempo alterou o panorama universitário, passando as edificações já iniciadas a obedecer rigorosos cronogramas, ao mesmo tempo que outro espírito se impunha na elaboração dos projetos, procurando-se harmonizar as exigências estéticas com as de ordem funcional, antes nem sempre adequadamente atendidas.

Não posso estender-me sobre o que foi realizado em matéria de obras e serviços, graças a substanciais recursos obtidos dos ilustres governadores Abreu Sodré e Laudo Natel, assim como da alienação de bens da herança jacente e das antigas Escolas, motivo pelo qual rogo ao leitor interessado que consulte o II volume de minhas já citadas *Memórias*. Nele se poderá ver que também não me faltou cuidado pelos valores estéticos dos quais uma Universidade não pode prescindir.

Foi a compreensão estética que me levou a acolher a proposta de construção da Torre universitária com 50 m de altura, projetada e aprovada pelo Conselho Universitário há mais de 20 anos, com recebimento, na época, de donativos feitos pela colônia portuguesa, conforme projeto do grande e pranteado arquiteto Rino Levi, com baixos-relevos de autoria de Elizabeth Nobiling, a qual, não obstante sua avançada idade, fez questão de retomar seu trabalho quando lhe foi dada a grata notícia da ereção da Torre. Duas imensas paredes de concreto pré-moldado, representadas, numa delas, as ciências humanas, e, na outra, as ciências naturais, ambas culminando num imenso relógio destinado a assimilar a unidade progressiva do tempo. Em torno da Torre mandei que se escrevesse: "No universo da cultura o centro está em toda parte".

Talvez seja esse o lema que deve guiar para sempre o destino da Universidade de São Paulo.

Notas

1 Cf. *Memórias. Destinos Cruzados*, v. I, cap. XIII, 2. ed. São Paulo, Saraiva, 1987, p. 175-191

2 Cf. op. cit., v. II, *A Balança e a Espada*, São Paulo, 1987, p. 327 e segs.

Miguel Rente é professor emérito da Faculdade de Direito da USP. Exerceu a reitoria em dois mandatos: 1949-50 e 1969-73.